MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 27/2021

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA REALIZADA NO DIA CINCO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e um, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Prof.ª Ana Luísa Silva Peleira, Prof. Rui Pedro Madeira Vicente, Eng. Ricardo José Sapage Madeira e Sr. Fernando António da Silva Rodrigues. ----------
Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. ----------

E sendo nove horas e trinta minutos, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Dar aqui uma pequena nota sobre a disposição das mesas e da forma como estão colocadas. Nós, enquanto Executivo, entendemos que o Salão Nobre é um Salão de trabalho e da forma que estava organizado, isso é uma questão de opinião, parecia uma escola primária e não é isso que se pretende. Só para vos dar uma pequena explicação: ficará aqui o Executivo,

ao nosso lado direito ficarão os Chefes de Divisão e o Diretor de Departamento, ali ficarão as pessoas responsáveis pelas reuniões de Câmara e Assembleia, o senhor Victor Rentes a quem aproveito para dar as boas-vindas às reuniões de Câmara, será quem nos irá acompanhar, sabemos que fez sempre um trabalho excelente nesse sentido e é assim que supomos que irá fazer e temos a certeza que assim irá ser feito, e a Ana Rita, que irá também continuar com a parte das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal. Será esta a equipa para os próximos quatro anos para nos acompanhar nas reuniões. Aqui, ao nosso lado esquerdo, os Excelentíssimos Vereadores da Oposição.

Nessa bancada, quando for a Assembleia Municipal, ficarão os Deputados do Partido Socialista e já têm dez lugares e, daquele lado, ficará a bancada do Partido Social Democrático que já tem os seis, (cinco lugares correspondentes e seis depois com o Fábio, que é Presidente de Junta de Ligares).

Além ficará depois o público para se poder sentar e lá ao fundo há duas mesas que entendemos que poderiam ficar para a comunicação social, quando existirem reuniões abertas ao público, que nós não iremos barrar a ninguém a entrada.

Esta casa é a casa da democracia, é isso que se pretende, é trabalharmos em prol do nosso Concelho e, acima de tudo, dar claramente o sinal de transparência e que estamos aqui para debater a vida quotidiana do Concelho.

Posto isto, mais uma vez dou as boas vindas a todos. Aqui ao meu lado está a Vice-Presidente, Prof. Ana Luísa Peleira, e aqui do lado esquerdo, o Vereador Prof. Pedro Vicente.

Vamos então dar início à reunião. Antes da ordem do dia questionava se alguém quer referir aqui algum ponto, se querem intervir antes da ordem do dia?

Muito bem, posto isto, eu irei intervir. Quero dar aqui algumas informações porque acho que é importante dar também conhecimento aos senhores Vereadores da Oposição e também à população e isto ficará tudo registado em ata, nomeadamente o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Executivo.

Antes, uma breve nota: ontem chegou-nos à mão um pedido do Centro Paroquial de Poiares onde mencionam as dificuldades financeiras que estão a atravessar neste momento. Como é óbvio este pedido, a nosso ver, tem aqui um pormenor que carece de estar cá que é o pedido do apoio financeiro que não vem mencionado quanto é que necessitam. Eu, em

conversações que tive com a Direção do Lar de Poiares e onde me transmitiram as preocupações, sei mais ou menos o valor que neste momento necessitam para fazer face às dificuldades.

No passado bem recente nesta casa não era assim que se procedia, diziam de propósito às Direções para não colocarem o montante, mas por um sinal de transparência tem de estar cá o montante e digo isto porquê? Porque quando nós, os cinco elementos do Executivo, estamos a aprovar algo, para nos protegermos aos cinco, deve estar cá mencionado porque nós estamos a aprovar um documento que diz apoio financeiro e tanto pode estar cinquenta mil como cem mil. A partir do momento que está aprovado podia ser qualquer valor.

Sendo aquilo o que é correto, eu iria colocar isto para, se concordarmos os cinco elementos, constar na ordem do dia se assim o entenderem.

Como é óbvio neste momento a Câmara Municipal não tem condições financeiras, e aquilo que nós iremos propor para fazer face às despesas deste mês, porque é uma situação urgente, é a atribuição de um subsídio de dois mil e quinhentos euros. Eu sei que seriam cinco mil, mas, no imediato, precisam de dois mil e quinhentos euros e nós entendemos, enquanto Câmara, que podemos ir até esses dois mil e quinhentos e já estaremos a fazer um esforço para conseguirmos ajudar nesta situação. Por isso, se concordarem, colocamos este ponto para discussão na ordem do dia. ----------

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Continuou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Muito bem. Então depois coloca-se aqui na ordem do dia.

Posto isto, é assim desta forma que teremos de trabalhar, é explicar para se saber o que se vai votar e aquilo que é para ser feito.

Também dar aqui conta que nós já levámos a cabo algumas reuniões. Todas elas são importantes, mas algumas são mais importantes do que outras, como compreendem.

Tivemos oportunidade de reunir já com a EDP, que veio cá apresentar cumprimentos e invertemos os papéis, quem foi pedir à EDP fomos nós, não foram eles a nós e é assim que tem de começar a ser feito.

Neste caso, à EDP, demos conta das dificuldades que temos atravessado no nosso Concelho, nomeadamente a nível de pontos de luz. Também demos conta do encarecimento exponencial que existiu dos preços. Fomos também informados pelo nosso Diretor de Departamento, que nos alertou e bem, e também pelo Engenheiro Miguel, que tem feito um trabalho excelente naquilo que diz respeito à sua função, de que passou quase para o dobro aquilo que é pago para colocar um ponto de luz. Neste caso aqui, nós vamos colocar um ponto de luz entre o Centro de Saúde e a Unidade porque era bastante escuro e o mesmo ficará à volta de mil euros.

Demos conta disso à EDP e negociamos para que seja atribuído por parte da EDP gratuitamente a substituição para lâmpadas leds para atingirmos os 50% de iluminação led. Estes senhores vieram aqui apresentar-se como E-REDES mas como fazem parte da EDP, e como a EDP a nível nacional tem um papel fundamental sobre aquilo que é do apoio social e divulgação, nós entendemos que Freixo de Espada à Cinta, mais do que qualquer Concelho, merece também esse apoio, e nós pedimos à EDP e à E-REDES para que comparticipe no próximo dia 10 de junho, as corridas do dia de Portugal.

Também ficámos informados sobre os apoios sociais da EDP e que poderemos fazer, futuramente, candidaturas.

É desta forma que este Executivo irá procurar captar, até ao último cêntimo, tudo aquilo que seja de candidaturas.

Já que o Município paga a determinadas empresas que são de cariz Nacional, a função dessas empresas é também dar o apoio aqui ao Município. Sabemos que em todas existem fundações e também sabemos que é necessário ir à procura dessas mesmas. Com a EDP foi isso que foi feito.

Depois temos aqui duas entidades, com uma já reunimos e com a outra iremos reunir a seguir, mas eu quero dar conta primeiro sobre com quem vamos reunir a seguir, que a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, a Doutora Susana Valente, fez também o obséquio, e bem, de convocar essa reunião.

Essa reunião é com a Abecasis, Moura – Advogados e prende-se com a resolução, finalmente, do diferendo que existia com a firma Manuel Joaquim Caldeira, para, de uma vez por todas, levarmos isso a bom porto e esse acordo pode ser já aqui mencionado. Inicialmente eram trezentos e setenta e dois mil euros para serem pagos mais os juros que seriam pagos

na totalidade. Aquilo que negociamos com a firma Manuel Joaquim Caldeira é pagar trezentos e cinquenta mil euros, sem juros, durante quinze anos e pagar diretamente ao banco. Será esse o acordo que será celebrado, já em Tribunal, de trezentos e cinquenta mil euros que ficaremos a pagar em quinze anos ao banco e que terá uma taxa de dois por cento, que ainda vamos tentar negociar para ver se baixa ainda mais. Isto para acabar com esta fatura que já está pendente há muito tempo e já podia estar paga porque, em oito anos, já tinha obrigação de estar paga e de estar resolvido este diferendo. Mas o que é certo é que ainda nem um mês fizemos de Executivo mas estamos aqui para trabalhar e para resolver as situações, algumas bastante caricatas, que existem no nosso Município.

Dar-vos nota desta situação e de que isto está resolvido. Hoje mesmo a Abecasis, Moura – Advogados virá cá para oficializarmos isso para não irmos a Tribunal no dia oito e ficar de uma vez por todas sanado este conflito, até porque trata-se de um empresário do nosso Concelho a quem o Município tem dado bastantes obras no passado e também num passado bem recente e que, além de tudo, há uma questão que é fundamental e primordial: dá mão-de-obra em Freixo de Espada à Cinta a muitos trabalhadores.

Nós, neste momento, temos em mãos um problema grave que se trata dos prestadores de serviço e recibos verdes. Já informámos aqui, na última reunião, que são cerca de cem na totalidade. Infelizmente temos de tomar medidas que são duras, alguns não irão continuar porque face à despesa mensal que temos (que são de cerca de setenta mil e duzentos euros) é incomportável, no final do ano são quase novecentos mil euros e isso é incomportável para o Município.

Como é óbvio, não vamos cortar só por cortar. Aqueles que forem úteis e que são úteis para trabalhar mediante a opinião que foi dada a conhecer pelos Chefes de Divisão, pelo Diretor de Departamento e o Encarregado Geral, é também a nossa opinião política, que fique bem patente, porque a última palavra é nossa, uns ficam outros não ficam no imediato.

E aqui a firma Manuel Joaquim Caldeira, como outras firmas, terão um papel fundamental para também integrar esses mesmos trabalhadores para aquilo que possa fazer face. Dar nota desta situação que está resolvida.

Da AdIN temos aqui também um processo bastante caricato. Com os advogados, nós temos uma dívida, só com advogados, simpática. Eu não

sei se o Vereador Fernando tem a noção de quanto é que se deve aos advogados? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------
Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Não, não tenho a noção. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------
Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que questionou: "Nem do outro anterior executivo? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------
Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Não, não. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------
Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Ok, então eu vou informá-lo, uma vez que esteve oito anos e não sabe, eu vou informá-lo: trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e quarenta euros e quarenta e nove cêntimos, ou seja, quase trezentos e sessenta mil euros que se deve aos advogados. Isto dá uma média mensal de vinte e cinco mil euros por mês só em advogados e o diferendo, que é o que eu vou questionar, é que o valor informado pela empresa à data de 23/08/2021 é de quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e nove euros e setenta e um cêntimos, ou seja, há aqui uma diferença de quase setenta mil euros.

Nós vamos agora questionar a que é que se deve esta diferença e também perceber que encargos judiciais e grandes processos judiciais estão em curso para chegarmos a este magnífico valor de quatrocentos e vinte e

oito mil, quatrocentos e vinte e nove euros e setenta e um cêntimos de dívida. Dar nota aos senhores Vereadores da Oposição desta situação. ------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ENGENHEIRO RICARDO MADEIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "O senhor Presidente, desculpe, isto é a dívida a advogados? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Advogados, só advogados. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ENGENHEIRO RICARDO MADEIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que perguntou "E qual é que é a agência? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Abecasis, Moura – Advogados. Aí o seu colega de oposição sabe qual é a agência. Neste caso, penso que isso sabe? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Sim, sim. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Ah, muito bem, só para estarmos esclarecidos.

Continuando, também realizámos já uma reunião com a AdIN.

A AdIN veio apresentar cumprimentos e bem, porque recebemos toda a gente bem nesta casa, mas foi já para negociarmos a saída da ADIN.

Esta reunião durou duas horas e meia, depois tivemos que terminar porque tivemos a reunião dos Sabores e Tradições com toda a parte da restauração.

Mas sobre a AdIN quero aqui dar duas notas. Quem nos elegeu a nós, aos cinco, foi a população não foi a AdIN, esse é o entendimento da bancada do Partido Socialista e do Executivo do Partido Socialista. Como é óbvio, vai ser um processo difícil, vai ser um processo de combate, mas nós não negamos aquilo que assumimos em campanha e vamos levar até ao fim, até às últimas consequências, este processo.

Nós não admitimos, enquanto Executivo, que uma empresa e a própria Câmara, no passado, tenham posto Juntas de Freguesias em Tribunal. É de lamentar essa mesma postura e eu não sei se o Vereador Fernando acompanhou este processo da AdIN? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Minimamente. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Minimamente. Então sabe o que está em causa? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Sim.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Muito bem. E também sabe o que está em causa, aquilo que custa a saída da AdIN e aquilo que pagamos para sair, sabe os valores? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Mais ou menos, os custos são um bocado avultados, são. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que perguntou: "Mas tem a noção dos valores? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Não me lembro. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Muito bem. Nós depois informamos sobre os valores oportunamente. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ENGENHEIRO RICARDO MADEIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Senhor Presidente, isso seria um ponto pertinente, não é? Porque essas informações são deveras importantes para se ter noção da realidade perante as circunstâncias que envolvem a AdIN e o Município, não é? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Senhor Vereador, eu agradeço a sua observação e ainda vou mais longe: são tão importantes que para nós não estarmos a falar aqui em números inconstantes vamos falar em números precisos.

Nós iremos continuar a debater esta situação com a AdIN, sabemos o que está em causa, mas há uma coisa que nos distingue e isso têm de me perdoar, e não me estou a referir ao Vereador Ricardo, mas sim ao Vereador Fernando: foi o Executivo onde o Vereador Fernando fez parte que levou a esta situação e nós agora estamos a lutar para sairmos desta situação. Claro que o Vereador Ricardo, por inerência, também estava, foi a sufrágio.

Há algo aqui que ficará bem patente: Estará nas mãos dos cinco sabermos aquilo que queremos para o nosso Concelho. Da nossa parte, mais do que qualquer partido político, o que existe aqui é vontade de defender a nossa população, defender aquilo que é primordial para a nossa população.

Sobre a AdIN podem ter a certeza de uma coisa: eu jamais irei omitir à oposição, ou a qualquer munícipe, aquilo que está em causa. Eu poderia simplesmente hoje não dizer nada sobre essa reunião, mas não é a nossa forma de ser, nem a nossa forma de trabalhar. Vocês serão sempre informados daquilo que está em curso que é para saberem aquilo que está a ser feito.

Essa reunião com a AdIN durou duas horas e meia, e foi bastante dura. Vão continuar as negociações e vamos continuar a levar até ao fim. e saberemos lidar com ela como estamos a saber lidar com os encargos financeiros que pesam, sabemos negociar aquilo que é, porque há aqui notas que são deveras importantes.

É que há um primeiro processo de entrada na AdIN, há um segundo processo de entrada na AdIN e ainda há um terceiro processo de entrada na AdIN.

No primeiro processo de entrada na AdIN, Freixo de Espada à Cinta, não sei se o senhor Vereador sabe qual era a percentagem que tínhamos? ---

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Não

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------
Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Então eu vou-lhe explicar, tínhamos 3%. Sabe quanto é que tinha Vila Real? ---------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------
Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Devia ter mais. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------
Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Pois, eu estou-lhe a perguntar porque você fazia parte. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------
Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Mas não, não. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------
Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Pronto, tinha 47%. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ENGENHEIRO RICARDO MADEIRA. ----------
Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Isso de representação na empresa, não é? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Freixo de Espada à Cinta entrou com infraestruturas e com catorze mil euros. Vila Real só entrou com o montante financeiro. No segundo momento que existe da constituição da empresa, também suponho que não saiba qual era a percentagem? Pronto, eu vou continuar: Freixo passou para 6% e Vila Real passou para um número muito simpático: 1%. Passou de 47 para 1%. Depois existe já "à posteriori" uma terceira fase e afinal Vila Real tem quase 53% e são estas questões todas que têm de ser esmiuçadas. Mais ainda, vamos ainda mais longe, é que a relação da AdIN, não sei se o Vereador tinha a informação desta parte que eu vou dizer, tinha um compromisso para durante cinco anos fazer investimento em Freixo de Espada à Cinta. Tinha noção disso? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que respondeu: "Sim, tinham que fazer investimento. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que perguntou: "Sabe qual foi o investimento que foi feito em dois anos? Foi zero! ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Foi zero. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "E além disso, de não terem feito nenhum investimento em dois anos, além de as faturas não terem baixado, ainda subiram.

É um dos assuntos que está de cima da mesa para também ser tratado, porque a AdIN não pode só chegar aqui e obrigar o Município a pagar faturas de água, de água anexadas com resíduos.

O que é certo é que em dois anos a AdIN não fez investimento nenhum em Freixo de Espada à Cinta, nem a parte financeira, nem a parte da ETAR de Mazouco, nem a ETAR de Poiares, que não estava contemplada no acordo que foi assinado. É preciso que as pessoas saibam disso e será um processo que será conhecido. Não queremos que seja longo, com muita sinceridade. Nós temos que tomar posições e assumi-las. É assim que nós vamos trabalhar aqui, enquanto Executivo.

Mas para vos dar nota do que está em cima da mesa, nós temos estado a estudar os dossiers, temos estado a informar-nos, temos estado a assegurar-nos juridicamente de todo o processo e há algo que será patente, quando tivermos uma conclusão sobre a AdIN. Já no passado, enquanto vereador da oposição, apresentámos aqui uma proposta da saída da AdIN, apresentámos uma de referendo e nunca veio aqui em cima da mesa. Aliás, hoje temos aqui propostas que já começaram a sair, perdoem-me a expressão, da "gaveta" para serem aqui votadas.

Sobre a AdIN saberemos o que fazer e saberemos depois aqui, os cinco em conjunto, decidir o que é melhor para a população, que é assim que também entendo que quem está desse lado queira o melhor para a população.

Podemos ter opiniões diferentes, mas no final saberemos o que é melhor para a população, dar nota dessa situação.

Uma segunda questão: dizer que neste momento a Congida La Barca tem sido um processo bastante curioso, com algumas surpresas desagradáveis. Nós tivemos a reunião de transição ali com o senhor Vereador Fernando Rodrigues, porque não esteve quem deveria estar, que era a minha antecessora, e nessa reunião o senhor Vereador Fernando Rodrigues, ou por lapso, ou por não saber, não referiu algumas situações. Por exemplo, recorda-se certamente que havia um elemento que era pago, das Férias Desportivas, que era pago pela Congida La Barca, recorda-se disso? ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que respondeu: "Sim, vários elementos, aliás. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Não. Aquilo que foi mencionado na reunião foi apenas um, mas o que é certo é que foram vários elementos. É para estarmos aqui sérios e com transparência. Aquilo que nos mencionou na reunião é que tinha sido apenas um e o que é certo é que foram todos os elementos, praticamente, das Férias Desportivas pagos por lá.

Também não nos mencionou que tínhamos quase quarenta mil euros para pagar da Congida La Barca à Sociedade Abecasis, Moura – Advogados. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Foi um lapso, de facto. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Foi um lapso bastante grave, mas que devia ter sido mencionado, entre outros que depois poderemos verificar. Mas, só para dar nota, da Congida La Barca tem havido desagradáveis surpresas sobre aquilo que não nos foi passado. Mas estamos aqui a trabalhar e marcámos já uma reunião com Vilvestre que é para colocar também as questões preto no branco e também há algo que não pode acontecer aqui neste Município: é que se Vilvestre pede as contas do Município de Freixo de Espada à Cinta, nós temos a obrigação de pedir as contas de Vilvestre. Uma sociedade é 50 – 50, e temos o dever, quer nós, quer eles, de saber o que é que se passa de um lado e do outro, até para podermos negociar sobre essa mesma sociedade.

A Sociedade ficará a cargo, e bem, da Vice-Presidente, Ana Luísa Peleira, que tem feito um trabalho notável sobre a questão da Sociedade Congida La Barca e sobre a questão do seu funcionamento. Mas oportunamente daremos também mais notas sobre este processo. Aquilo que lamentamos e que queremos deixar registado é que não nos tenha sido dada toda a informação, por lapso. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------
Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Sim essa dos advogados. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------
Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Mas foi um lapso grave. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------
Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Isso tem a ver com a situação ainda do anterior Executivo que envolvia o Pedro Mora, a situação do processo dele. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------
Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Eu acredito. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------
Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "Neste momento ainda está no Tribunal o valor que ele depositou e que

faria um grande jeito à Congida La Barca e que podia ter liquidado em tempos à Sociedade. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Oh Vereador, vamos ser sinceros e vamos ser honestos! Não é desculpa nenhuma a questão do ex-Vereador da Câmara de Freixo de Espada à Cinta que errou e pagou pelo erro, e isso encarregam-se os Tribunais de o colocar em prática. Eu disse sempre que à política o que é da política e, à justiça o que é da justiça.

Aquilo que eu estou aqui a referir é que devia ter sido mencionado que quarenta mil euros para essa ação, é exagerada e não nos foi transmitido essa mesma situação. Deveria ter dito, com toda a transparência e honestidade, "existe isto". Foi um lapso grave e isso digo-lhe aqui em reunião de Câmara. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FERNANDO RODRIGUES. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Fernando Rodrigues que referiu: "E eu assumo aqui. ----------

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Pois e tem de assumir porque foi isso que se passou. Tal como das Férias Desportivas, todos foram pagos por lá e não há nenhum acordo que permita pagar as Férias Desportivas pela Congida La Barca, nem no contrato que aqui a Professora, Ana Luísa, Vice-Presidente, teve o cuidado de analisar, não há e em nenhum momento é mencionado isso. Mas teremos oportunidade de discutir isso, que é para não estarmos aqui, agora, no período de antes da ordem do dia, a fazê-lo.

Nós queríamos era dar nota daquilo que se está a fazer sobre estes processos e que são bastante graves, em algumas situações.

Depois dar nota também que tivemos já reunião com a CIMDOURO, que já tomámos posse na CIMDOURO onde ficou eleito o Presidente de Sernancelhe, Carlos Silva, e ficou também o Luís, que é de Santa-Marta de Penaguião e o Nuno Gonçalves, de Torre de Moncorvo.

Como é óbvio, Freixo de Espada à Cinta terá aqui um papel fundamental e também referimos isso em reunião de tomada de posse, que tem a ver com os fundos comunitários.

Nós não iremos estar à espera daquilo que nos vai calhar. Nós iremos lutar é por aquilo que queremos para Freixo de Espada à Cinta, dos fundos comunitários.

Apesar de serem 19 Municípios e simpaticamente serem 14 do Partido Social Democrático e 5 do Partido Socialista, há algo que é superior a qualquer partido político: é a Região do Douro Superior e foi isso que foi mencionado. E é dessa forma que iremos trabalhar, até porque dos três que estão, e acabei de referir há um elemento que é do Partido Socialista e que é o Luís. Dar-vos nota disso e de que sempre que houver projetos da CIMDOURO iremos sempre informar-vos sobre aquilo que está em curso e aquilo que decorre.

Aliás, o Vereador Ricardo Madeira até tem uma situação privilegiada de saber aquilo que vai em curso sobre os projetos e também nós teremos sempre em conta porque sabemos dissociar o papel de Gabinete de Candidaturas e o papel de Vereador da Oposição e virá sempre aqui para saberem aquilo que está em curso.

Na Douro Superior fizemos também já a reunião, na Associação da Douro Superior, onde tomámos também já posse, e Freixo de Espada à Cinta irá ficar representado como Vice-Presidente da Assembleia da Douro Superior, embora, por lapso, tenham posto secretário naquilo que nos enviaram mas foi Vice-Presidente que foi negociado para ficar.

O Presidente será também o Nuno Gonçalves e, como é óbvio, teria de ficar Mogadouro, que é quem mais investe ali, de número dois.

Sobre a Douro Superior, também quero aqui dar nota de uma informação bastante simpática que nos fizeram chegar, que ainda não veio de forma oficial, mas estamos em condições de afirmá-la. É que o Município de Freixo de Espada à Cinta deve cerca de oitocentos mil euros à Douro Superior, ou seja, uma dívida bastante avultada para esta Associação. Mas quando tivermos os documentos oficiais connosco, traremos aqui à reunião de Câmara e iremos analisar convosco isso mesmo.

Depois dar uma nota que é aquela que me parece a mais importante de todas: neste momento, se consultarem o site do Município, não sei se já consultaram, nem se não, pergunto aos senhores Vereadores, não? Mas se consultarem, já têm lá o direito de oposição plasmado que é isso que deveria estar sempre e que não esteve durante oito anos, mas está lá neste momento o direito de oposição, tal como estão todas as atas que estavam na "gaveta", e estão já lá publicadas, tal como esta que iremos publicar a seguir à discussão, caso seja a mesma aprovada merecerá já, por parte da nossa equipa da Assembleia pelos serviços de informática deste Município, colocá-la já à disposição dos munícipes. Dar essa nota e parece-me que é de salientar que é bastante importante, até porque trata-se de transparência. Nós comprometemo-nos de em quatro anos, vigorar no top dez do ranking de transparência e é isso que iremos fazer para ficar.

Até agradecia que os senhores Vereadores tomassem nota que é para daqui a quatro anos, quando estivermos em altura de campanha eleitoral, poderem ou não falar sobre isso.

Posto isto, da nossa parte para já, antes do período da ordem do dia, são estes os pontos que queríamos aqui referir. Não sei se alguém quer falar sobre alguma coisa do que foi referido. Se não, passamos ao próximo ponto. ----------

ORDEM DO DIA

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA: - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia quatro do mês de novembro do ano dois mil e vinte e um que acusa o saldo disponível de: ----------

Dotações Orçamentais – Quatrocentos e cinquenta mil quatrocentos e noventa e sete euros e setenta cêntimos.----------

Dotações não Orçamentais – Cento e doze mil quinhentos e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos.----------

ATA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia dezoito de outubro do ano dois mil e vinte e um. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a ata do dia dezoito de outubro do ano dois mil e vinte e um, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. ----------

01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL – DECISÕES

------- Despacho datado do dia nove de setembro do presente ano que adjudicou a proposta de trabalhos complementares da empreitada "Arranjo da Zona Envolvente ao Castelo de Freixo de Espada à Cinta". ----------

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Eu, neste ponto, iria ceder a palavra ao nosso Diretor de Departamento, o Engenheiro José Carlos, para dar só uma breve explicação sobre aquilo que vai ser feito nesta questão aqui do despacho datado do dia nove de setembro do presente ano, e como percebo que é uma questão técnica, acho que devem ser os Chefes de Departamento nesse caso a falar. Se puder, agradecia. ----------

Com o consentimento do senhor Presidente da Câmara, usou da palavra o senhor Diretor de Departamento, Engenheiro José Carlos Fernandes, que referiu: "Isto foi uma proposta de trabalho complementar que resultou de adaptações em obra, nomeadamente a nível de passadiços, muros, de quantidades previstas e não suficientes à execução. Essa já é a parte técnica e se calhar não vale a pena alongar-me mais nesta parte. Isto tinha vindo já há cerca de dois meses, penso eu, ainda foi com o Executivo anterior. Tinha sido aprovado por despacho e, obviamente, teria que vir à retificação da Câmara. Não veio à retificação ainda, por causa daquele período de não tomadas de decisões. Vem agora, precisamente. Portanto, isto foi iniciado

com a Câmara ainda anterior, agora a retificação já terá de ser com este Executivo e com esta nova Câmara. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Obrigadíssimo pelas explicações, Engenheiro José Carlos. Após as explicações do Engenheiro José Carlos não sei se querem falar alguma questão sobre isto? Se não, aqui colocava à votação, que eu penso que isto é para votar. É. Muito bem. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, ratificar o despacho em apreço. ----------

------- **Tomada de conhecimento do despacho datado do dia vinte de outubro do ano de dois mil e vinte e um que aprovou a nona alteração permutativa ao Orçamento da Despesa para ao ano de dois mil e vinte e um.** ----------

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Muito bem, esta alteração vocês já a têm aí. Eu passarei aqui a enunciar e a explicar sobre aquilo que nos foi aqui informado pela parte da contabilidade, porque há algo que é taxativo os funcionários do Município, cada um na área que representa, dá as informações correspondentes ao mesmo.

Aquilo que eu vou aqui informar os senhores Vereadores sobre esta alteração, foi aquilo que nos foi informado também.

De acordo com os valores enviados pelos serviços de recursos humanos relativo às remunerações do mês de outubro, constatou-se que não existia verba disponível no orçamento da despesa para fazer face à despesa de determinadas rúbricas, sendo, por isso, necessário, com maior brevidade e urgência possível, proceder a uma alteração permutativa do orçamento da despesa, apenas e somente, para reforçar as rúbricas diferenciadas e com isso podermos efetuar o pagamento das remunerações previstas para o mês de outubro.

No seguimento à análise efetuada ao orçamento da despesa, constatou-se que em virtude de o Município estar a trabalhar com o orçamento de 2020 com as respetivas alterações introduzidas durante o ano em causa e face aos valores assumidos anteriormente ao nível da despesa, existiam diversas rúbricas do orçamento da despesa com valores consideravelmente baixos, o que comprometia o funcionamento normal do Município até ao final do corrente ano.

Em contrapartida, constatou-se a existência de valores do orçamento da despesa que estavam afetos ao plano de atividades municipal que apresentavam valores excessivamente elevados fruto do facto de muitas atividades aí inseridas terem execução no ano 2020 e os valores previstos e necessários para o ano 2021 são inferiores aos registados inicialmente, consequência de estarmos a trabalhar com o PAM de 2020.

Considerando tal situação, a estratégia foi libertar os valores do orçamento da despesa afeta ao PAM permitindo assim a transferência entre rúbricas dentro do próprio orçamento da despesa. As alterações efetuadas apenas estão relacionadas com a despesa corrente por forma a não colocar em causa a regra do equilíbrio orçamental.

É aquilo que nos cumpre informar em termos práticos.

Esta é a parte técnica. A parte política é que estavam em causa os vencimentos dos funcionários. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho em apreço. ----------

------- Tomada de conhecimento do despacho datado do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e vinte e um que aprovou a décima alteração permutativa ao Orçamento da Despesa para o ano de dois mil e vinte e um. ----------

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Senhor Presidente, peço desculpa, isto é para votarmos também ou é só tomada de conhecimento? ----------

Usou da palavra a senhora Vice- Presidente Ana Luísa Peleira que referiu: "É só tomada de conhecimento. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Olhe, e eu agradeço com sinceridade essa retificação, porque a transparência é tanta que até ponho a votação aquilo que era para tomada de conhecimento. ------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Eu reparei que era só para tomada de conhecimento. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Sim, mas pronto, é tomada de conhecimento, é. E fez muito bem que sinceramente eu já ia embalado para votar tudo. É tomada de conhecimento, mas não é chegar aqui, "calar e andar", como acontecia no passado. E vamos falar sobre o que é que diz também a alteração à décima, à alteração permutativa número dez, ou seja, aquilo que nos foi dito, foi a alteração permutativa do orçamento da despesa, que vem no seguimento da alteração permutativa do PAM e procurou-se retribuir o valor libertado por este afetando às rúbricas com carência de valores. Após uma breve análise às várias rúbricas do orçamento da despesa, constatamos que tendo como base os valores visionais que o Município terá de assumir até ao final do ano, era de extrema e necessário efetuar o reforço das seguintes rúbricas. Depois elas vêm mencionadas, estão aí todas que vocês têm o documento. E depois, em contrapartida procedeu-se à diminuição de outras rúbricas que após a libertação dos valores afetos ao PAM ficaram com o saldo disponível para cabimentar o saldo, nomeadamente as que estão aqui todas enumeradas e dão o valor de quatrocentos e vinte e nove mil e oitocentos euros.

Para concluir, com esta alteração permutativa ao orçamento da despesa julgamos que estão reunidas condições para conseguirmos cumprir com os compromissos do Município até ao final de 2021. Contudo, e devido ao grau de incerteza inerente a determinadas rúbricas, não podemos garantir que não haja necessidade de proceder a outras alterações até ao final do ano. Deixamos aqui essa salvaguarda, que é para terem noção que as contas não estão estáveis, bem pelo contrário. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho em apreço. ----------

------- **Tomada de conhecimento do despacho datado do dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e vinte e um que aprovou a terceira alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais para o ano de dois mil e vinte e um.** ----------

Neste ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Prende-se com após analisado o PAM entendeu-se proceder à diminuição da rúbrica afetas às atividades que vocês têm aí. E conclui-se o seguinte: da mesma forma houve necessidade de reforçar duas atividades relacionadas com o transporte de doentes oncológicos e recolha de RSU promovido pela secção do Município Douro Superior, de seguida enumeramos atividades das seguintes rúbricas que sofreram aumentos, neste caso aqui foi o apoio de transportes de doentes e a transferência para a secção do Município Douro Superior, ou seja, tivemos um encargo de cento e seis mil euros.

Para concluir, esta alteração ao PAM permitiu libertar para o orçamento da despesa o valor de trezentos e noventa e quatro mil e cem euros e afetar o valor em causa as rúbricas com os valores extremamente baixos e que não permitiriam ao Município cumprir com os seus compromissos até ao final do presente ano, caso não se procede-se a esta alteração permutativa, ou seja, se nós não tomássemos estas decisões estaria em causa o funcionamento desta casa até ao final do ano. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho em apreço. ----------

------- **Tomada de conhecimento do despacho datado de dois de novembro do presente ano N.º1/DASCDTL/2021 que se transcrevem as linhas orientadoras:**----------

a) **Manter o transporte dos doentes oncológicos a todos os munícipes, independentemente da situação económico-financeira;**
b) **Garantir o transporte para consultas ou tratamentos de outras especialidades desde que os mesmos sejam em instituições de saúde do serviço nacional de saúde e de acordo com as carências económicas de cada família.**

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Na página três é uma tomada de conhecimento e tem aí as duas alíneas que nós passamos aqui a enumerar. Tomada de conhecimento do despacho datado de dois de novembro do presente ano que se transcrevem as linhas orientadoras, ou seja, nós aqui deparamo-nos com alguma confusão sobre a forma como se estava a proceder à distribuição dos táxis. Ou seja, para colocar uma equidade, responsabilidade e uma forma de distribuição dos táxis, entendeu o Executivo fazer as seguintes premissas.

A primeira já existia anteriormente, a segunda é que é de forma diferente e foi isso que nos comprometemos também em campanha eleitoral. Já não estamos em campanha eleitoral, estamos aqui para executar aquilo que é, e são as nossas linhas orientadoras. Na alínea a), mantém-se o transporte dos doentes oncológicos a todos os munícipes, independentemente da situação económica ou financeira. Foi isso que foi comprometido. E a alínea b) garantir o transporte para consultas ou tratamentos de outras especialidades desde que os mesmos sejam em instituições de saúde do serviço nacional de saúde e de acordo com as carências económicas de cada família, ou seja, o Município irá apoiar na mesma mas será no serviço nacional de saúde. Se tiverem de ir ao privado, só se for com requisição do serviço nacional de saúde, neste caso aqui terá que se avaliar sempre a questão financeira de cada munícipe.

Enquanto, que com o IPO, em termos práticos, serão todos, no segundo entendemos que já não deve ser assim. Deve ser por quem realmente tem mais dificuldades para poder assumir esses encargos que é para fazer suprir essas mesmas necessidades. Isto era uma tomada de conhecimento, não sei se querem questionar? ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Senhor Presidente, eu concordo plenamente com a ação. Já a primeira, digamos, atividade era a questão dos doentes oncológicos seria a favor e na segunda também.

Penso que, na minha opinião, e a bem de termos noção dos valores envolvidos, porque isto também há que saber gerir, como é evidente, as finanças públicas, seria também a meu ver importante definir qual é que seria esse limiar, digamos da parte que diz respeito à carência económica porque o transporte será em função e de acordo com a carência económica de cada família. Ou seja, a partir de que limiar é que é garantido o transporte? Ou seja, se não isto acaba por se abrir a todas as famílias e não só aquelas que são efetivamente mais carenciadas não é? Era só uma observação. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Não, não, faz todo o sentido e ainda bem. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "É só uma observação que eu gostaria de fazer. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Não, claro, é uma observação que faz todo o sentido e eu, no seguimento da sua observação, eu passaria aqui a palavra à senhora Vice-Presidente, para dar nota disso mesmo sobre a explicação que foi colocada aqui pelo Engenheiro Ricardo, Vereador da Oposição. ----------

Usou da palavra a senhora Vice- Presidente Ana Luísa Peleira que referiu: "Bom-dia a todos. Senhor Vereador, então é o seguinte: essa situação já está acautelada e está a ser tratada. A Doutora Telma já me fez chegar a listagem de todas as famílias do concelho com carência económica e agora estamos a fazer, internamente, o cálculo do "teto" para cada uma, para ver como é que vamos organizar esta situação. Portanto isso está a ser tratado neste momento por mim e pela Doutora Telma. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Muito bem. Compreendem a minha questão não é? É que isto, se não, o leque

seria aberto a toda a gente e penso eu que haverá pessoas que têm mais carência do que outros. ----------

Usou da palavra a senhora Vice- Presidente Ana Luísa Peleira que referiu: "Estamos na mesma linha de pensamento, porque nós tentamos colmatar essa mesma falha. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Muito bem. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Aliás, até compreendemos e até ficamos contentes que você pense exatamente como nós estamos a pensar, e vice-versa, que é o sentido de beneficiar a população. E à uma coisa que eu quero aqui dizer, e perdoo-me agora até a ironia, é que é bom que haja as perguntas, que sejam colocadas pela oposição e que têm de ser respondidas com elevação e educação, e não é sentir que é uma afronta. Todas elas são bem-vindas e que sejam construtivas. ----

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "E nós é que agradecemos essa postura. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Claro, e é assim que deve ser. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho em apreço. ----------

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

ATUALIZAÇÃO DO PREÇO/TARIFA DE OCUPAÇÃO DA LOJA N.º1 DO MERCADO MUNICIPAL – PROPOSTA: Pelo senhor Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta – informação para efeitos de aprovação. ----------

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Aqui, eu não sei se tiveram a oportunidade de ver, mas é uma subida estrondosa, com sinceridade, é apenas de dois cêntimos. Isto é o que tem de ser feito, e passa de 15.31 para 17.01, é quase um € e pouco, quase que equivale a nada. Ok, é isto que está aqui em causa. --------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta em apreço. ----------

DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022 – PROPOSTA: Pelo senhor Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta para efeitos de aprovação que a seguir se transcreve. ----------

PROPOSTA

Presente o atual Código do Imposto Municipal sobre Imóveis consagrar os contornos da realidade a tributar, partindo para isso de dados objetivos que escapem às oscilações especulativos da conjuntura, de modo que sirvam de referência a uma sólida, sustentável e justa relação tributaria entre o Estado e os sujeitos passivos;

Considerando que nos termos do Diploma Legal, (designadamente no nº 5 do artigo 112º), cabe ao município, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos na alínea c) do nº 1 do mesmo artigo 112º, de acordo com versão atual dada pela Lei n.º 36/2021, 14 de junho;

Considerando que, na sequência da publicação da Lei de Orçamento de Estado para 2016 - Lei n.º 7-A/2016, 30 de março, designadamente no seu artº 112 n.º 1º alínea c), veio a ser

promovida uma alteração, traduzida na determinação das taxas respetivas, a saber:
- Prédios Rústicos: 0,8%;
- Prédios Urbanos: 0,3% a 0,45%; (Apenas esta é definida pela Assembleia)

Considerando que, no ano anterior a taxa de IMI foi de 0,3%, entendo que este ano a taxa deve manter-se no mesmo valor.

- Proposta:

Assim em coerência com as razoes de fato acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo, a aprovação da seguinte Proposta:

- Que se delibere fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis em: **0,3%** para prédios urbanos;

- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, dever-se-á remeter a mesma à Assembleia Municipal para aprovação.

- Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão deliberativo, dever-se-á promover a respetiva comunicação à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro de 2021.

Edifício Paços do Concelho de Freixo de Espada à Cinta e Gabinete do Presidente da Câmara, 2 de novembro de 2021.

O Presidente da Câmara

Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Eu não sei se tiveram oportunidade de ler a proposta. A proposta do Executivo é para ir para o mínimo que é possível da nossa parte, que é 0.3%. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta em apreço. ----------

DEFINIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO IRS A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022 – PROPOSTA: Pelo senhor Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta para efeitos de aprovação que a seguir se transcreve. ----------

PROPOSTA

Nos termos do n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do art.º 78 do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do art.º 69.

Nestes termos sugiro que a Câmara municipal delibere:

a) Fixar em 2,5% a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior;
b) Que submeta à aprovação da Assembleia Municipal, para que, e no cumprimento do estabelecido no n.º 2, do artigo 26.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto a deliberação a que se refere o

n.º 1 do mesmo artigo, seja comunicada por via eletrónica pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Edifício Paços do Concelho de Freixo de Espada à Cinta e Gabinete do Presidente da Câmara, 2 de novembro de 2021.

O Presidente da Câmara

Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Aquilo que é proposto pelo Executivo é para devolvermos metade daquilo que o Município recebe. É darmos 2.5% às famílias do nosso concelho. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta em apreço. ----------

DEFINIÇÃO DA DERRAMA A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022 – PROPOSTA: Pelo senhor Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta para efeitos de aprovação que a seguir se transcreve. ----------

PROPOSTA

Nos termos de alínea c), do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, constitui receita dos municípios o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art.º 18º do mesmo diploma legal.

De acordo com o disposto do n.º 1 do art.º 18 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º51/2018, de 16 de agosto, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimentos estável nesse território.

O valor da derrama assume assim, grande importância no cômputo da receita municipal.

Nestes termos sugiro que a Câmara Municipal delibere:

a) O lançamento de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado no Município de Freixo de Espada à Cinta por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e não residentes com estabelecimento estável no território geográfico do Concelho, pela taxa máxima de 1%, ao abrigo do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto;
b) Que submeta à aprovação da Assembleia Municipal, para que, e no cumprimento do estabelecido no n.º 17, artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a deliberação a que se refere o n.º

1 do mesmo artigo, seja comunicada por via eletrónica pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro do respetivo período de tributação por parte dos serviços competentes do Estado.

Edifício Paços do Concelho de Freixo de Espada à Cinta e Gabinete do Presidente da Câmara, 2 de novembro de 2021.

O Presidente da Câmara

Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Aqui podia ser taxado, se não estou em erro, 1.5. Aquilo que o Executivo vem propor é que seja a 1.5%. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta em apreço. ----------

DEFINIÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM A COBRAR NO EXERCÍCIO ECONNÓMICO DE 2022 – PROPOSTA: Pelo senhor Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta para efeitos de aprovação que a seguir se transcreve. ----------

PROPOSTA

Considerando que o art.º 106 da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas, retificada pela Declaração de Retificação nº 32-A/2004, de 10 de abril e alterada pelo Decreto-Lei nº 176/2007, de 8 de maio, pela Lei nº35/2008, de 28 de julho, pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio, pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25 de setembro, pela Lei nº 46/2011, de 24 de junho, pela Lei nº 51/2011, de 13 de setembro, pela Lei nº 10/2013, de 28 de janeiro, pela Lei nº

42/2013, de 3 de julho, pelo Decreto-Lei nº 35/2014, de 7 de março, pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, pela Lei nº 127/2015, de 3 de setembro, pela Lei nº 15/2016, de 17 de junho e pelo Decreto-Lei nº 92/2017, de 31 de julho, estabelece a existência de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) determinada com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de telecomunicações eletrónicas ao público, em local fixo para clientes finais na área do Município.

Considerando que percentual deve ser anualmente aprovado até ao final do mês de dezembro do ano anterior a que se destina, de acordo com o preceituado no art.º 106 do mencionado diploma legal, não podendo ultrapassar os 0,25%.

Propõe-se que:

a) Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 106 da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro o percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar no Município de Freixo de Espada à Cinta no ano de 2020 seja de 0,25%;
b) A presente proposta seja remetida para aprovação da Assembleia Municipal.

Edifício Paços do Concelho de Freixo de Espada à Cinta e Gabinete da Presidente da Câmara, 2 de novembro de 2021.

O Presidente da Câmara

Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Aqui o máximo que pode ser é 0.25 e é isso que estamos aqui a colocar para ser taxado no máximo. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta em apreço. ----------

PROPOSTA DE ADITAMENTO AO PLANO DE APOIO DOS TRANSPORTE ESCOLARES PARA O ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR – APRECIAÇÃO – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta para efeitos de aprovação que a seguir se transcreve. ----------

PROPOSTA

Nesta perspetiva é nossa intenção propor um ponto referente ao aditamento ao plano de apoio dos transportes escolares para o ensino secundário e superior.

Considerando que:

a) O número de alunos a estudar fora do concelho não é considerável, não advindo daí uma despesa avultada para o Município;

b) Não foi aberto, no último ano letivo e até à presente data para o ano letivo, procedimento para a atribuição de bolsas de estudo para estudantes do ensino superior, subsistindo a necessidade de apoiar também estes estudantes;

c) O elevado número de pedidos que nos têm chegado para que esta situação seja revista pelo órgão executivo;

Apresentamos a seguinte Proposta, para ser apreciada, discutida e votada:

«A todos os estudantes que frequentem em território nacional o ensino secundário ou superior, e que para o efeito se desloquem de autocarro entre a localidade em que estudam e a sua residência no concelho de Freixo de Espada à Cinta (em ambos os sentidos), é concedido um apoio correspondente a 100% do valor efetivamente pago com estas deslocações. Este apoio é atribuído caso os estudantes integrem como dependentes o agregado familiar de sujeito passivo de IRS que resida no concelho».

A presente proposta é da competência da Câmara Municipal, estando em causa a revisão a uma medida aprovada anteriormente. A presente proposta visa trazer justiça social e equidade no tratamento entre os munícipes e suas famílias, e dar condições efetivas para aumentar os níveis de literacia e de acesso aos mais elevados graus de ensino.

Edifício Paços do Concelho de Freixo de Espada à Cinta e Gabinete do Presidente da Câmara, 2 de novembro de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal

Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira

Neste ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Eu não sei se tiveram oportunidade de ler a proposta. Esta proposta, na prática, é apoiar mediante aquilo que está aí. Apoiarmos quer os alunos do secundário, quer do superior do nosso Concelho. Atenção que tem de estar no nosso Concelho, e é 100% pago nas deslocações, ou

seja, autocarro ou comboio. Não vamos aqui supor que alguém vá de avião. É isso que está aqui em cima da mesa. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Deve haver bom senso. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Haver bom senso, claro. É isso que está aqui em cima da mesa e colocava à votação. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta em apreço. ----------

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS E RESPETIVAS TABELAS DE TAXAS, EM VIGOR NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA: Presente para efeitos de aprovação uma proposta de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais e Respetivas Tabelas de Taxas, em vigor no Município de Freixo de Espada à Cinta, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "O que é que é isto? Depreende-se em termos práticos que os partidos políticos quer seja PS, PSD, CDS, CDU ou CHEGA, por norma solicitam espaços do Município. Em Bragança há a boa prática já de nunca cobrarem nada aos partidos políticos e acho que deve ser assim, com sinceridade. Aqui em Freixo no nosso regulamento estava que poderia ser cobrado. Sempre se fez o obséquio, e bem, até ao anterior mandato, de não levar nada aos partidos políticos. Neste caso, entendemos, como Executivo, que qualquer partido político que queira vir a Freixo de Espada à Cinta, ou mesmo quem está cá que queira usar instalações do Município tem o direito de as usar, desde que atempadamente seja acautelado o seu pedido. Isto permite o quê? Nós temos aqui várias instalações que têm de ser postas ao serviço da população. A população, por inerência, tem também partidos

políticos que se revêm nas políticas de cada um, seja no Partido Socialista, Partido Social Democrático, seja no CDS, seja no CDU, seja no PEV, numa iniciativa liberal ou até no movimento de independentes, e entendemos que o Município não deve taxar e acho que não é isso que vai encarecer ou empobrecer os cofres do Município. E a única alteração que queremos aqui fazer é apenas esta: «estão igualmente isentos de pagamento de taxa os partidos e coligações registadas de acordo com a lei», antes era só com a publicidade, tiramos a publicidade e fica na totalidade, é apenas esta alteração. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Ou seja, pelo que entendo, antigamente só estavam permitidos a fazer publicidade. E agora será qualquer atividade? ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Sim, desde que, senhor Vereador, desde que atempadamente mandem um ofício a solicitar que é para não haver aqui sobreposição de atividades quer do Município, quer do partido político. E é isto que está aqui em discussão, eu punha a votação. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Senhor Presidente, permita-me só. O último parágrafo diz que propõe que «a presente proposta da alteração seja aprovada à data 18 de outubro», ou seja, anterior à data da proposta. Há alguma razão em especial? ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Muito bem, aqui foi-nos colocada essa mesma situação por quem foi a responsável para colocar aqui este mesmo regulamento, mas há um motivo. Por parte do Partido Socialista há uma solicitação para se levar a cabo, a nível nacional, a apresentação do Orçamento de Estado. Nesse sentido, esteve em Freixo de Espada à Cinta o Secretário de Estado a explicar o orçamento e esteve também o Deputado pela Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Bragança, o Dr. Jorge Gomes, esteve também o Professor, João Sobrinho Teixeira, e prendeu-se exatamente por isso. Por isso, é que está aqui à data disso. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Por acaso foi só mera curiosidade, que poderia ser para ser alterada aqui a data.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "E essa mera curiosidade tem de ser explicada, e é isto com toda a transparência e frontalidade, foi isso que se passou. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta em apreço. ----------

PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES – MATERIAL ESCOLAR: Presente para efeitos de aprovação uma proposta para atribuição de auxílios económicos a estudantes – Material Escolar, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Eu pedia aqui à Vice-Presidente que tomasse aqui o ponto de situação neste âmbito e que conduzisse os trabalhos neste ponto aqui em concreto. ----------

Usou da palavra a senhora Vice- Presidente Ana Luísa Peleira que referiu: "Este ponto prende-se com duas alunas que têm vindo a ser apoiadas no âmbito da atribuição de material escolar e a Doutora Telma fez-me chegar este ofício. Nós achámos por bem trazer aqui à deliberação da Câmara, ao conhecimento da Câmara, e vou dar a palavra então à Doutora Telma, que é a responsável pela Ação Social. ----------

Usou da palavra a senhora Chefe de Divisão Telma Redondo que referiu: "A atribuição de auxílio económico neste caso, é referente às duas crianças de Mazouco, após ficarem, penso que há dez anos órfãs, filhas de um funcionário do Município. A Câmara tem vindo, em todos os Executivos, e desde o dia do acidente, tem suportado quer os manuais escolares, quer as fichas, o material de apoio em termos de estudo, bem como a aquisição durante todo o ano letivo de todo o material junto das livrarias aqui do

Concelho. A proposta é uma atribuição que não está delegada. Portanto tem de vir mesmo a conhecimento do órgão não é. ----------

Usou da palavra a senhora Vice- Presidente Ana Luísa Peleira que referiu: "É que isto poderá depois vir futuramente também a abrir precedentes, porque não é comum a Câmara, a Ação Social, fazer este tipo de abrangência em termos de apoios. Tanto que ficam a par que poderá haver, se houver uma situação futura e esperemos que não, será igual, terá tratamento igual. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Por isso, será trazido aqui à Câmara Municipal se acontecer? ----------

Usou da palavra a senhora Vice- Presidente Ana Luísa Peleira que referiu: "Sim, terá tratamento igual. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Muito bem. Agradeço as explicações à Doutora Telma e, por inerência, à Vice-Presidente da Câmara, a Professora Ana Luísa Peleira. Sobre esta questão, não querendo influenciar o sentido de voto, foi nosso entendimento que deveríamos dar esta explicação. Como é óbvio, todos nós devemos votar a favor disto, mas a Professora Ana Luísa, a Vice-Presidente, alertou para esta situação e bem. Ela tem autonomia total no pelouro da educação, eu tenho a autonomia de supervisionar e entendi por bem a sugestão que foi dada, que é de pôr aqui à consideração e alertar para que ninguém seja apanhado de surpresa, no futuro, sobre eventuais situações que esperamos que não venha acontecer, porque isto não foi por um bom motivo que aconteceu, mas que pode suceder e para estarmos preparados para isso. O que este Executivo pretende é dar equidade a todos quando se trata de educação e saúde. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta em apreço. ----------

RUÍNAS

MARIA GLÓRIA VARANDAS SARAIVA, EDIFÍCIO SITO NA RUA DA AMARGURA EM LIGARES – AUTO DE VISTORIA – APROVAÇÃO: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente o auto de vistoria que a seguir se transcreve: ----------

AUTO DE VISTORIA

Aos 14 dias do mês de setembro de 2021, no seguimento do despacho datado de 26/08/2021 exarado pelo Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal no ofício com data de 30/08/2021, deslocou-se a Comissão de Vistoria à Rua da Amargura, em Ligares, a fim de verificar as condições em que se encontra o edifício pertença de Maria da Glória Varandas Saraiva, tendo apurado o seguinte:

Caraterização do imóvel
Número de pisos: 2
Tipo de paredes: resistentes em alvenaria de pedra
Tipo de cobertura: inexistente
Elementos salientes:

Anomalias detetadas
- Beirado em ruína, em queda para a via pública;
-Interior com lixo e detritos provenientes do desmoronamento de elementos do edifício, pondo em risco a salubridade do local;
- Reboco das fachadas degradado.

Nível de conservação (artigo 5º,D.L. nº 266-B/2012, de 31 de dezembro)
1 – Péssimo

Obras preconizadas

- Reparação do beirado do edifício;
- Reparação/estabilização ou remoção do reboco das fachadas do edifício;
- Limpeza de todos os detritos existentes no interior do edifício.

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "Eu, aqui neste ponto, passaria a palavra gentilmente ao senhor Diretor de Departamento para dar conta, ou uma nota sobre esta situação. Eu aqui vou explicar o porquê. Eu entendo que quer o Diretor de Departamento, quer as Chefes de Divisão têm mais propriedade para falarem sobre essas situações, para explicar no que à parte técnica for necessário explicar. Sobre a parte politica, que fique aqui bem frisado, será sempre assumido pelo Executivo, porque a última palavra é sempre do Executivo. Não sei se precisa disto, Engenheiro. ----------

Usou da palavra o senhor Diretor de Departamento José Carlos Fernandes que referiu: "Isto trata-se de uma vistoria regular, como fazemos muitas e havemos de fazer sobre edifícios em ruína.
Qual é a nossa função? A função da comissão de vistoria da Câmara é ir verificar se esse edifício, que está em ruínas, põe ou não em perigo a via pública, ou se põe em perigo terceiros ou o próprio edifício interior, nisso não nos prenunciamos, nós vamos apenas verificar o perigo em que está a via pública com esse edifício. Nós, no relatório, pomos sempre as obras preconizadas, são as obras que nós achamos necessárias para estabilizar o edifício em termos de segurança pública, apenas. E insalubridade, também nos prenunciamos sobre isso que é o que diz a lei que temos de nos pronunciar sobre isso. Portanto estão ali apenas as obras preconizadas que devem ser, penso eu, enunciadas ou ditas que eu não as sei de cor. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Claro que sim. Ora bem então, se estiver errado, peço-lhe o obséquio de me corrigir, que é mesmo assim que deve ser. Caraterização do imóvel: número de piso dois, tipo de paredes resistentes em alvenaria de pedra, tipo de cobertura é inexistente. ----------

Usou da palavra o senhor Diretor de Departamento José Carlos Fernandes que referiu: "Senhor Presidente, peço desculpa. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Basta dizer só as anomalias? ----------

Usou da palavra o senhor Diretor de Departamento José Carlos Fernandes que referiu: "Sim, basta dizer só as anomalias e as obras preconizadas que vem logo a seguir. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Ok, isto é mesmo para que fique tudo bem transparente, mas temos ali o nosso Diretor que é mais pratico e vamos logo aquilo que interessa. ----------

Usou da palavra o senhor Vereador Ricardo Madeira que referiu: "Senhor Presidente, isso, no fundo, é um edifício que está em risco de ruina, e o que estão, digamos, a sugerir, em sentido de obrigação, é que o proprietário faça a sua correção. ----------

Usou da palavra o senhor Diretor de Departamento José Carlos Fernandes que referiu: "Ou limpeza. ----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que respondeu: "Se quiserem acesso e vir ver estejam à vontade. Pronto, anomalias detetadas: beirado em ruína, em queda para a via pública; interior com lixo e detritos provenientes do desmoronamento de elementos do edifício, pondo em risco a salubridade do local; reboco das fachadas degradado. Obras preconizadas: reparação do beirado do edifício, ponto um; ponto dois, reparação/estabilização ou remoção do reboco das fachadas do edifício; ponto três e último, limpeza de todos os detritos existentes no interior do edifício. Estamos esclarecidos.----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, notificar o proprietário do edifício das anomalias detetadas bom como das obras que devem ser efetuadas. ----------

APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE POIARES – PROPOSTA: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta no sentido de apoiar o Centro Social e Paroquial de Poiares com um subsídio pecuniário de dois mil e quinhentos euros, a atribuir no imediato.

Neste ponto da ordem do dia usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que referiu: "E o último ponto prende-se, tal como foi acordado no período de antes da ordem do dia, colocaríamos então aqui o ponto que já foi explicado no referido período. Se quiserem que eu explique outra vez, torno a explicar. Mas trata-se de um apoio financeiro ao Centro Social e Paroquial de Poiares, sito no Largo do Olmo, 5180-346 Poiares – Freixo de Espada à Cinta, no valor pecuniário de dois mil e quinhentos euros a serem atribuídos no imediato. É esta a proposta, eu colocaria agora à votação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar a proposta em apreço. ----------

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, a Câmara Municipal deliberou por, unanimidade, aprovar a ata sob a forma minuta com vista a sua executoriedade imediata.----------

ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta e cinco minutos da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.----------
E eu, Victor Manuel Gibaia Rento Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. ----------

O Presidente da Câmara

O Assistente Técnico

Victor Manuel Gibaia Rento